

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.690.041 - SP (2017/0193258-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
AGRAVADO : **SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL**
ADVOGADO : **ALEXANDRE NELSON FERRAZ E OUTRO(S) - PR030890**
INTERES. : **FAZENDA NACIONAL**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. MERCADORIAS ILEGAIS. PENA DE PERDIMENTO DO VEÍCULO TRANSPORTADOR. ARRENDAMENTO MERCANTIL. POSSIBILIDADE. BOA-FÉ DO ARRENDANTE. IRRELEVÂNCIA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto pelo Ministério Público Federal contra decisão monocrática que não conheceu do recurso especial assim ementada (fl. 355):

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. MERCADORIAS ILEGAIS. PENA DE PERDIMENTO DO VEÍCULO TRANSPORTADOR. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO NA PRÁTICA DA INFRAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

Em suas razões, o agravante sustenta que "[...] a jurisprudência desse STJ é cristalina sobre a possibilidade de aplicar-se pena de perdimento de bens sob o regime de arrendamento mercantil. Não se admite a análise da boa-fé do banco, ou dito de outra forma, a boa fé da instituição é irrelevante." (fl. 364).

Com impugnação.

É o relatório. Decido.

Diante do presente recurso, exerço o juízo de retratação facultado pelo art. 259 do RISTJ, para tornar sem efeito a decisão de fls. 355/357.

O acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região está assim ementado (fls. 284/285):

ADMINISTRATIVO. APREENSÃO DE VEÍCULO. MERCADORIAS ILEGAIS. ARRENDAMENTO MERCANTIL. BOA-FÉ. PENA DE PERDIMENTO. NÃO CABIMENTO.

1. O presente caso trata da possibilidade de apreensão e aplicação da pena de perdimento ao veículo objeto de contrato de arrendamento mercantil nºs 404556-1, referente ao processo administrativo nº. 13830.722470/2014-19.

2. Inexistência de qualquer indício ou prova de participação da sociedade arrendadora no ato ilícito praticado.

3. Preceitua o art. 104, V, do Decreto-Lei n.º 37/66, ao se referir à pena de perdimento de veículo transportador de mercadorias estrangeiras, que a pena de perdimento é aplicada quando o veículo conduzir mercadoria sujeita à pena de perda, se pertencente ao responsável por infração punível com aquela sanção.

4. O contrato de arrendamento mercantil (leasing) é espécie de contrato mercantil em que a empresa arrendadora permanece proprietária do bem

arrendado até que o arrendatário, ao final do prazo da locação pactuada pelas partes, dê por encerrada a locação, procure a sua prorrogação, ou, então exerça a sua opção de compra.

5. Não se justifica a decretação da pena de perdimento do bem ao seu proprietário, se não demonstrada a sua responsabilidade na prática da infração, em prestígio ao princípio da boa-fé.

6. Não se pode conceber que a conduta pessoal do agente, com a prática do ato ilícito, venha a acarretar prejuízo à esfera do patrimônio alheio, quando não comprovada a participação na infração descrita legalmente.

7. O ordenamento jurídico pátrio não adota, seja no âmbito penal ou na seara administrativa, a teoria da responsabilidade objetiva, de modo que somente é aplicável a pena de perdimento do veículo utilizado em contrabando ou descaminho, se configurada a responsabilidade de seu proprietário.

8. Corroborando tal entendimento, dispõe a Súmula n.º 138, do extinto Tribunal Federal de Recursos: A pena de perdimento de veículo, utilizado em contrabando ou descaminho, somente se justifica se demonstrada, em procedimento regular, a responsabilidade do seu proprietário na prática do ilícito.

9. Apelação provida.

No recurso especial, o recorrente sustenta que *"por se tratar de questão regida por presunção em favor da administração fazendária, tratando-se de hipótese de responsabilidade objetiva, prejudicado, pois, o conceito de boa-fé a elidir pena de perdimento regularmente aplicada, impõe-se reconhecer que o v. acórdão recorrido atentou de maneira direta e frontal ao quanto disposto nos artigos 617, V, do Decreto-lei nº 4.543/02, e artigos 94, 104 e 105 do Decreto-lei nº 37/66, bem como do artigos 124, II, e 136 do Código Tributário Nacional"* (fl. 290).

Em estudo dos autos e das razões ora aduzidas no recurso de agravo interno, conclui-se que a irresignação merece prosperar.

Não se olvida a jurisprudência do STJ no sentido de que a pena de perdimento não pode alcançar o proprietário do veículo, caso não fique comprovada o envolvimento ou má-fé deste último no ato ilícito.

A hipótese dos autos, entretanto, trata de situação específica (arrendamento mercantil) que conta com entendimento desta Corte Superior de Justiça em sentido diametralmente oposto, dado que admite a pena de perdimento independentemente da presença ou não de boa-fé do arrendante, já que, nos moldes em que dispõe o art. 123 do CTN, instrumentos particulares não podem ser opostos ao fisco. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ÓBICES PROCESSUAIS. ALEGAÇÃO GENÉRICA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. PENA DE PERDIMENTO. VEÍCULO SUBMETIDO A CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. POSSIBILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

[...]

III - O acórdão recorrido está em confronto com orientação desta Corte, segundo a qual é válida a aplicação da pena de perdimento a veículo submetido a contrato de arrendamento mercantil.

[...]

V - Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1655663/MS, Primeira Turma, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe 03/08/2017)

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. BEM OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. ADMISSIBILIDADE DA PENA DE PERDIMENTO. ALEGATIVA DE AUSÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DO ARRENDATÁRIO NO ILÍCITO. QUESTÃO NÃO DEBATIDA NO ACÓRDÃO EMBARGADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INADMISSIBILIDADE.

[...]

3. Ademais, destaque-se que a análise dos atuais precedentes da Segunda Turma denotam que é admitida a aplicação da pena de perdimento de veículo objeto de alienação fiduciária ou de arrendamento mercantil, independentemente da participação do credor fiduciário ou arrendante no evento que deu causa à pena. É o que se verifica dos seguintes julgados: AgRg no REsp 1.383.048/PR, Rel. Ministra Diva Malerbi - Desembargadora Convocada TRF 3ª Região, Segunda Turma, DJe 31/3/2016; REsp 1.572.680/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 29/2/2016; AgRg no AgRg no AREsp 178.271/PR, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 9/10/2015.

4. Embargos de divergência não conhecidos. (REsp 1240899/SC, Primeira Seção, Rel. Ministro OG FERNANDES, 30/06/2017)

TRIBUTÁRIO. ADUANEIRO. PENA DE PERDIMENTO DE VEÍCULO OBJETO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING) OU ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INDEPENDENTE DE VERIFICAÇÃO DA BOA FÉ. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73.

[...]

II - A jurisprudência do STJ está pacificada no sentido da admissão de aplicação da pena de perdimento de veículo aos contratos de alienação fiduciária ou arrendamento mercantil (leasing), independentemente da boa fé do credor fiduciário ou arrendante, tendo em vista que os aludidos instrumentos particulares não são oponíveis ao Fisco (art. 123 do Código Tributário Nacional). Precedentes: REsp 1572680/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 29/02/2016; AgRg no AgRg no AREsp 178.271/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 09/10/2015 .

III - Recurso especial provido. (REsp 1648142/MS, Segunda Turma, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJe 13/06/2017)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. VEÍCULO OBJETO DE CONTRATO DE LEASING. TRANSPORTE CLANDESTINO DE MERCADORIAS ESTRANGEIRAS. PENA DE PERDIMENTO DO BEM. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.

[...]

II - O acórdão recorrido está em confronto com o entendimento desta Corte, segundo a qual reconhece a validade da aplicação da pena de perdimento a veículo submetido a contrato de arrendamento mercantil (leasing) e alienação fiduciária.

[...]

IV - Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1240899/SC, Primeira Turma, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe 30/11/2016)

Por derradeiro, conforme bem apontado pelo MPF, torna-se despiciendo o reexame de fatos e provas os autos, de forma a afastar o teor da Súmula 7/STJ, haja vista irrelevância da presença ou não de boa-fé ou envolvimento do arrendante.

Ante o exposto, **conheço** do recurso especial para **dar-lhe provimento** no sentido de declarar a legalidade da pena de perdimento aplicada a veículo submetido a contrato de arrendamento mercantil (leasing), na forma da fundamentação supra.

Diante do provimento do presente recurso e da identidade de matéria dos dois agravos internos interpostos, declaro prejudicado o recurso de fls. 378/381.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de janeiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator

